



GRUPO
PARLAMENTAR

Partido Socialista
AÇORES

A
SUA EXCELÊNCIA
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

S/323/2021/XII

Assunto: Requerimento ao Governo Regional dos Açores

Nos termos do n.º 1 e n.º 2 do art.º 182 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do PS/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa., para efeitos de admissão, perguntas com pedido de resposta escrita dirigidas ao Governo Regional dos Açores.

Ponta Delgada, 27 de outubro de 2021

Com os melhores cumprimentos

O Presidente do Grupo Parlamentar

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Vasco Alves Cordeiro'.

Vasco Alves Cordeiro



REQUERIMENTO

GOVERNO DISCRIMINA JUNTAS DE FREGUESIA NA RESPOSTA

ÀS SUAS PREOCUPAÇÕES

O XIII Governo dos Açores definiu, desde a sua tomada de posse, a proximidade ao poder local concretamente às Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia enquanto desígnio central da governação.

Para supostamente cumprir com tal preceito, dotou a estrutura governativa de mais um departamento designado por Direção Regional do Poder Local, alegando que esse facto traduzir-se-ia em benefícios claros no relacionamento e na cooperação entre o Governo e as Autarquias.

Ainda na qualidade de candidato a Presidente do Governo dos Açores, em fevereiro de 2020, José Manuel Bolieiro, afirmava que *“para desenvolver os Açores e cada um dos seus municípios é necessária uma boa relação entre o Governo Regional e as autarquias, independentemente das cores partidárias. É isto que pretendo fazer. Não se trata de uma promessa, mas sim prosseguir o exemplo que dei enquanto presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada na relação com as juntas de freguesia”*.

Já em agosto de 2021, o Presidente do Governo, José Manuel Bolieiro, dizia, no âmbito de uma homenagem realizada aos antigos coordenadores regionais da Associação Nacional de Freguesia, *“que a responsabilidade política numa freguesia é ser “o governo do povo, para o povo e pelo povo, não olhando para as cores partidárias, após as eleições”*.

No entanto, com prejuízo para as populações, e tal como em outros aspetos da governação, o que é dito e apregoado não se traduz na ação.



Se é verdade que existem Juntas de Freguesias que rapidamente são merecedoras de uma audiência com um Secretário Regional e que até já têm verbas previstas, em sede Plano e Orçamento da Região, para suas pretensões (e ainda bem!), por outro lado, existem delas que já vão a caminho de um ano de espera para uma simples reunião com um membro do Governo, mesmo após sucessivas insistências.

Exemplo da atitude discriminatória deste governo nesta matéria é a ação da Secretaria Regional do Mar e Pescas, sediada na ilha do Faial, que tão depressa reúne com Juntas de Freguesia geridas pelos mesmos partidos que compõem a coligação de Governo, como deixa ao abandono outras que não o são, contrariando todo e qualquer princípio de imparcialidade e de tratamento igualitário perante todos os eleitos pelo Povo.

Assim é, a título de exemplo, com a Junta de Freguesia de Castelo Branco que se encontra, desde fevereiro, a aguardar o agendamento de uma audiência com o Secretário Regional do Mar e Pescas para apresentação de cumprimentos e para tratamento de assuntos que a ambos dizem respeito.

Recorde-se que aquela freguesia dispõe de porto de pescas, grua, molhe de proteção, zona balnear, e onde decorre, igualmente, avultadas obras de proteção da orla costeira no âmbito dos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo. Razões mais do que óbvias para merecer o cuidado, a preocupação e a vontade do Governo para se inteirar dos assuntos e construir parcerias e soluções que beneficiem as populações.

Assim, vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, através dos deputados abaixo indicados, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicitar ao Governo Regional o seguinte esclarecimento:

1. Quando recebeu a Secretaria Regional do Mar e Pescas um pedido de reunião por parte da Junta de Freguesia de Castelo Branco, concelho da Horta, ilha do Faial?



GRUPO
PARLAMENTAR

Partido Socialista
AÇORES

Solicita-se cópia da comunicação remetida pela Junta de Freguesia de Castelo Branco.

2. A Junta de Freguesia de Castelo Branco, na ausência de agendamento, realizou novas diligências, por escrito, junto do Gabinete do Secretário Regional do Mar e Pescas?

Se sim, solicita-se cópia das comunicações remetidas pela Junta de Freguesia de Castelo.

3. Quais os motivos que presidiram ao não agendamento de reunião com a Junta de Freguesia de Castelo Branco desde fevereiro até hoje?

4. O Governo vai aceder ao pedido de reunião com a Junta de Freguesia de Castelo Branco?

Se sim, quando?

Horta, 27 de outubro de 2021.

Os deputados,

Tiago Branco

Ana Luíis